



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÃO DE TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

**Parecer n.º 07, de 2020.**

Ao Projeto de Lei n.º 16, de 2020.

30/4/2020  
RECEBIDO EM  
Câmara Municipal de Cascavel  
Diretoria Legislativa

Ementa: Dispõe acerca das normas gerais de combate à corrupção e programa de integridade nas contratações de empresas por parte da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional do Município de Cascavel (Lei Anticorrupção), e dá outras providências.

Proponentes do Projeto de Lei: Vereadores Fernando Hallberg/PDT, Pedro Sampaio/PSC, Policial Madril/PSC, Jorge Bocasanta/Patriota, Nadir Lovera/PROS, Olavo Santos/PODE, Serginho Ribeiro/PDT, Rafael Brugnerotto/PL e Mauro Seibert/PP.

Relator: Vereador Misael Júnior/PSC.

#### **Parecer Favorável**

#### **I – FUNDAMENTAÇÃO**

Chegou para análise e emissão de parecer desta Comissão de Trabalho e Administração de Pessoal o Projeto de Lei n.º 16, de 2020, que tem como objetivo dispor acerca das normas gerais de combate à corrupção e programa de integridade nas contratações de empresas por parte da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional do Município de Cascavel (Lei Anticorrupção), e dá outras providências.

Em sua justificativa, os autores afirmam que buscam impedir a participação de empresas que não possuem programas de integridade de participar de licitações realizadas pela Administração Pública Municipal, bem como de com ela contratar, como forma de combate a fraudes e a corrupção, vez que a adoção de tais programas reduz os riscos de violação da lei



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

### II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do artigo 43, IV do Regimento Interno, fui designado Relator da presente proposição legislativa, e cumprindo as minhas obrigações regimentais apresento o meu voto para deliberação dos demais membros desta Comissão.

Conforme determina o artigo 51 do Regimento Interno, “competete à Comissão de Trabalho e Administração de Pessoal emitir parecer as proposições que tratam sobre: I - criação e à extinção ou à transformação de cargo ou emprego público, carreiras e funções, bem como regime do servidor nos seus aspectos de mérito; II – criação, extinção e políticas públicas de serviços públicos; III - declaração de utilidade pública de entidades e demais segmentos que atuam na área de interesses dos servidores públicos municipais”.

Da análise do Projeto em comento, entendo, na qualidade de Relator, que o mesmo atende aos ditames do ordenamento vigente, bem como vem ao encontro dos interesses da sociedade como um todo.

Assim sendo, meu voto é favorável à sua tramitação.

### III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho e Administração de Pessoal acompanha, pela totalidade de seus integrantes, o voto do Eminentíssimo Relator, emitindo **parecer favorável** ao Projeto de Lei n.º 16, de 2020.

É o parecer. Sala da Comissão de Trabalho e Administração de Pessoal.

Em 28 de abril de 2020.



Cabral

Vereador/PL/Presidente



Misael Júnior

Vereador/PSC/Secretário/Relator



Paulo Porto

Vereador/PT/Membro